

O SciELO Brasil chega a novembro com 131 revistas e mais de 9 milhões de acesso feitos até outubro. A biblioteca eletrônica está presente também no Chile, em Cuba, na Espanha e em outros países iberoamericanos. Em outubro, durante a 12ª Conferência Internacional de Editores de Ciência, no México, houve a 2ª Reunião Regional da Rede SciELO com representantes de oito países (veja reportagem completa na página 26)

■ Literatura

O percurso de Machado

O estudo “Machado de Assis, leitor e crítico de teatro”, de João Roberto Faria, professor de literatura brasileira na Universidade de São Paulo (USP), tem como objetivo principal traçar o perfil de Machado de Assis enquanto leitor e crítico de teatro. Primeiro, o pesquisador situa o escritor no contexto teatral do século 19, nos anos de 1850 e 1860, quando entraram em choque, nos palcos do Rio de Janeiro, a estética romântica e a realista. “Antes de se dedicar mais intensamente à atividade literária que o consagrou, Machado tornou-se conhecido como folhetinista, crítico teatral, crítico literário, comediógrafo, poeta e tradutor de poemas, peças teatrais e romances”, lembra o autor. O artigo acompanha a extensa produção jornalística de Machado de Assis, na qual se notabilizou como crítico, detendo-se também na atividade de censor do Conservatório Dramático Brasileiro que o escritor exerceu por algum tempo. Ao acompanhar o percurso intelectual de Machado, em sua juventude literária, o autor procurou analisar, compreender e explicar suas idéias em relação à arte dramática e ao teatro brasileiro. “Os amigos admiravam a inteligência e o brilho do rapaz pobre que começara como tipógrafo e, já aos 20 anos, era uma peça-chave no debate cultural do seu tempo, com intervenções corajosas e por vezes contundentes nos textos críticos e nos folhetins que publicava em vários jornais do Rio de Janeiro”, cita o pesquisador. “Foram esses escritos que o transformaram no nosso principal crítico literário e teatral da década de 1860”, acredita Faria.

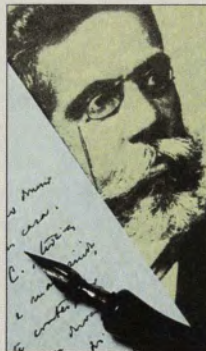


ILUSTRAÇÃO HELIO DE ALMEIDA

REVISTA ESTUDOS AVANÇADOS – VOL. 18 – Nº 51
– SÃO PAULO – 2004

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200020&lng=pt&nrm=iso&tling=pt

■ Comunicação

Pauta pública para a TV

“Uma pauta pública para uma nova televisão brasileira”, de autoria de Regina Mota, professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, coloca em debate algumas questões relativas ao desconhecido universo da televisão pública no Brasil. A idéia é apresentar alguns elementos conceituais de uma “pauta pública” dos meios de comunicação no Brasil, em particular da televisão. “Nos últimos cinco anos, vem ocorrendo um movimento contínuo e crescente de mudanças conceituais nas televisões estatais e concessões de canais educativos no Brasil”, acredita Regina. “O fenômeno é uma reação dessas emissoras ao atraso na legislação, à constante ingerência administrativa dos governos estaduais e ao eterno problema do financiamento dessas instituições.” A partir de depoimentos de acadêmicos e profissionais liberais, o artigo apresenta elementos dessa participação cidadã e pauta pública na televisão. O texto considera que, diferentemente do que os profissionais da comunicação julgam, há no Brasil uma demanda por uma “televisão assertiva”, que examine e apresente interesses sociais de longo prazo de maneira reflexiva e transformadora. “No momento, o Brasil inicia timidamente a discussão de um modelo de televisão digital para o país, privilegiando a tecnologia, para fazer face à disputa de mercado travada entre os que detêm os atuais padrões de digitalização.” Segundo ela, essa seria uma oportunidade para rever a legislação do setor, uma vez que a mudança remodelará todos os serviços oferecidos pelos meios eletrônicos, incluindo as formas de acesso. Quando a autora fala de uma programação que possa estabelecer uma nova relação com o público, isso pressupõe um deslocamento da sua consciência: de mero espectador, o público pode repensar a sua relação com o mundo e com a televisão.

REVISTA SOCIOLOGIA E POLÍTICA – Nº 22 – CURITIBA – JUN. 2004

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000100007&lng=pt&nrm=iso&tling=pt

■ Oftalmologia

Saúde ocular

Apresentar estimativas referentes à prevalência da cegueira e de baixa visão realizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS); discutir os aspectos relacionados às estratégias com vistas ao planejamento de programas preventivos; ressaltar a necessidade de realizar pesquisas epidemiológicas e operacionais para a formação de recursos humanos e aperfeiçoamento da infra-estrutura de serviços especializados. Essas são as metas do artigo "A perda da visão – estratégias de prevenção", de Edméa Rita Temporini e Newton Karajósé, professores de Oftalmologia da Universidade Estadual de Campinas e Universidade de São Paulo. De acordo com o trabalho, o conceito de oftalmologia em saúde pública é relativamente recente. "Se os princípios de saúde pública forem aplicados a programas de prevenção da cegueira, o número de cegos de uma população ou de uma comunidade pode ser significativamente reduzido", acreditam os pesquisadores. "O controle e a diminuição de índices de cegueira por meio de programas específicos assumem importância vital em programas nacionais de saúde ocular." Segundo estimativas baseadas na população mundial referentes à cegueira e à baixa visão, divulgadas pela OMS, em 1990 havia 38 milhões de indivíduos cegos e 110 milhões apresentavam visão deficiente e risco de cegueira. Já em 1996, o índice aumentou para 45 milhões de cegos e 135 milhões de portadores de baixa visão. "O aumento progressivo da cegueira e deficiência visual pode ser atribuído, em especial, ao crescimento populacional, ao aumento da expectativa de vida, às dificuldades de acesso da população à assistência oftalmológica e à insuficiência de esforços educativos que promovam a adoção de comportamentos preventivos."



EDUARDO CESAR

ARQUIVOS BRASILEIROS DE OFTALMOLOGIA – VOL. 67 –
Nº 4 – SÃO PAULO – JUL./AGO. 2004

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27492004000400007&lng=pt&nrm=iso&tng=pt

■ Física

Energia solar via satélite

"Por ser um país localizado em sua maior parte na região intertropical, o Brasil possui grande potencial de energia solar durante todo ano. Além disso, a radiação solar constitui uma opção limpa e renovável de produção de energia", segundo o artigo "Levantamento dos recursos de energia solar no Brasil com o emprego de satélite geoestacionário – o Projeto Swera", de Fernando Martins, Enio Pereira e Mariza Echer, pesquisadores da Divisão de Clima e Meio Ambiente,

Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. A idéia é conhecer a disponibilidade dessa fonte de energia e seu aproveitamento, por meio de modelos computacionais para estimar o fluxo de energia solar na superfície. O trabalho apresenta uma revisão sobre os princípios que estão por trás desses modelos, seguindo como exemplo a transferência radiativa Brasil-SR. Trata-se de metodologia empregada no mapeamento do potencial energético solar da América Latina pelo projeto Solar and Wind Energy Resource Assessment (Swera), financiado pela Divisão de Ambiente Global por meio do Programa das Nações Unidas para o Ambiente.

REVISTA BRASILEIRA DE ENSINO DE FÍSICA – VOL. 26 –
Nº 2 – SÃO PAULO – 2004

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-47442004000200010&lng=pt&nrm=iso&tng=pt

■ Sociedade

Direitos dos adolescentes

Discutir questões que dizem respeito à saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes é o objetivo do artigo "Direitos sexuais e reprodutivos: algumas considerações para auxiliar a pensar o lugar da psicologia e sua produção teórica sobre a adolescência", de autoria de Maria Filgueiras Toneli, professora da Universidade Federal de Santa Catarina. O estudo se baseia em dois eixos fundamentais. O primeiro diz respeito a noção de direitos sexuais e reprodutivos fundamentada no que as grandes conferências promovidas pela Organização das Nações Unidas preconizam. O segundo eixo aborda o discurso médico-científico como dispositivo que oscila entre as estratégias de governo das populações e a incitação do sujeito para se ocupar de si mesmo. O artigo mostra que em 1990 foi publicada, no Brasil, a lei 8.069, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente. "De fato, nas duas últimas décadas houve um avanço considerável nas políticas públicas voltadas para a infância e a juventude no Brasil", acredita Maria. Entre as iniciativas desse período pode-se apontar a criação do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, o Programa de Saúde do Adolescente, o Programa de Prevenção e Controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis e do HIV/Aids, a inclusão da educação sexual nos parâmetros curriculares nacionais e da sexualidade como tema transversal na área da educação. "É preciso pensar essas iniciativas em um cenário que inclui agentes sociais bastante diversificados que disputam a tutela da infância e da juventude no contexto brasileiro", diz.

PSICOLOGIA E SOCIEDADE – VOL. 16 – Nº 1 – PORTO
ALEGRE – 2004

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822004000100013&lng=pt&nrm=iso&tng=pt